



MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU
ESTADO DO PARANÁ

LEI Nº. 967/2006

DATA: 20 de abril de 2006.

EMENTA: APROVA O PAGAMENTO DE DÉBITOS DE PEQUENO VALOR, ORIUNDOS DE SENTENÇAS TRANSITADAS EM JULGADO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Eu, Prefeito de Santa Terezinha de Itaipu, Estado do Paraná, FAÇO SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os valores em execução contra a Fazenda Pública Municipal, oriundos de sentenças transitadas em julgado, não superiores a dez salários mínimos, poderão ser pagos através de Requisição de Pequeno Valor – RPV, sem necessidade da expedição de precatório.

§ 1º. É vedado o fracionamento do valor da execução, de modo que o pagamento se faça em parte na forma estabelecida no *caput* e em parte mediante a expedição de precatório.

§ 2º. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no *caput*, o pagamento far-se-á sempre por meio de precatório.

§ 3º. É facultada à parte exequente a renúncia ao crédito no que exceder ao valor estabelecido no *caput*.

§ 4º. A opção de recebimento na forma prevista no *caput* implica em renúncia do restante dos créditos existentes naquele feito e quitação total do pedido e da condenação, com extinção do processo.

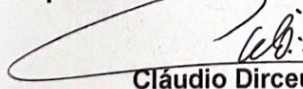
§ 5º. A renúncia ao crédito excedente ao valor previsto no *caput* deve ser expressa para que ocorra o recebimento por meio de RPV.

§ 6º. O pagamento segundo estabelecido no *caput* dar-se-á no prazo de cento e vinte dias contados da entrega da Requisição de Pequeno Valor ao Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal 03 de Maio, em 20 de abril de 2006.


Cláudio Dirceu Eberhard
PREFEITO